



DE VOLTA AO MUSEU BRITÂNICO:
Um ensaio sobre o marxismo analítico¹

William Héctor Gómez Soto²

I Introdução

A emergência da tendência intelectual denominada “marxismo analítico” ou “marxismo da escolha racional” tem possibilitado a utilização cada vez mais crescente da teoria marxista nas pesquisas científicas nas universidades dos países “desenvolvidos”, principalmente nos Estados Unidos. Os postulados teóricos do marxismo analítico, ao contrário da tradição ortodoxa marxista, podem e devem ser comprovados empiricamente.

Roemer (1989) reconhece que o marxismo surgiu no século XIX e, portanto, com certas limitações. Em alguns casos, pode-se considerar primitivo em relação aos padrões modernos e equivocado em alguns detalhes, como em certos argumentos essenciais. Porém, permanece válido para explicar certos períodos e fatos históricos. O marxismo é tão poderoso que dá a sensação de ter uma essência válida mas que precisa ser avaliado. Não se abandona uma boa ferramenta porque não possa ser utilizada em algumas coisas, especialmente se não há outra melhor.

O marxismo analítico surge, na década de 70, como uma alternativa às diferentes correntes marxistas que existiram neste século. No fim da década de 80, no entanto, a maioria de suas preocupações deixaram de ser “marxistas” no sentido “clássico”. Os seus críticos consideram que suas reformulações teóricas conduzem a uma ruptura radical com o marxismo. Wright et alii., (1992:p.10) afirma que: “A reconstrução (*do marxismo*) irá, inevitavelmente, fazer ruir os muros que o separam de alguns de seus rivais”.

¹ O título do presente trabalho sugere a necessidade de repensar e revisar o marxismo. “Quando Marx se retirou ao seu exílio interior no Museu Britânico decidiu roubar tempo à política para moldar uma ferramenta a ser depois utilizada na própria política.” Elster (1989: 31)

² Economista, Mestre em Extensão Rural (UFMS), Doutorando em Sociologia (UFRGS), Bolsista da CAPES e Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado em Desenvolvimento Regional (UNISC).

A obsolescência de alguns conceitos e categorias que perderam seus referenciais empíricos é uma manifestação da crise das teorias e é dentro desse contexto que se situa a crise do marxismo. Provavelmente a maior tarefa do marxismo de hoje é construir uma teoria moderna do socialismo que permita explicar as ineficiências do capitalismo moderno e elaborar um projeto teórico para superá-las numa sociedade socialista possível.

II As origens teóricas do marxismo analítico

QUADRO 1: NOVAS E VELHAS CONVICÇÕES TEÓRICAS

Filosofismo Crítico	Individualismo Analítico	Coletivismo Materialista	Estruturalismo
Jovem Marx		Marx Maduro	
		- Lênin, Stalin, Trotsky	- Althusser - Poulantzas
-Lukács, Escola de Frankfurt (Humanismo) (Alienação)	Sartre		
		- Cohen Funcionalista	Neo-estruturalistas - Resnick e Wolff (Processo e Determinação)
-Laclau e Mouffe (Pós-marxismo)	-Cohen -Elster Individualismo metodológico -Roemer (Escolha racional) -Przeworski (Escolha Individual)	- Wright Localizações contraditórias	
Bowles e Gintis -Habermas (Pós-Liberalismo)	- Wright		

FONTE: Chilcote e Chilcote apud HAGUETTE (1992:175).

O Quadro 1 mostra que o filosofismo crítico e o individualismo metodológico se originam nos escritos de juventude de Marx (através de Lukács, Sartre e outros), até interpretações recentes que enfatizam o papel do indivíduo e da escolha. Por sua vez, o coletivismo materialista e o estruturalismo derivam-se dos escritos de maturidade de Marx através de Lênin, Trotsky e Stalin.

Chilcolte e Chilcote apud HAGUETTE (1992) identificam três tipos de marxismos: o primeiro encontra-se nos escritos de Lukács, Marcuse e da Escola de Frankfurt, dos escritores do Leste europeu (Adam Schaff e Kolakowski) e do Eurocomunismo. Este tipo é caracterizado pelo voluntarismo e o humanismo próprio da social-democracia e do socialismo democrático. O segundo tipo é o marxismo dogmático (marxismo-leninismo) cuja manifestação histórica encontra-se no stalinismo, no Partido Comunista Soviético e no Comintern e caracteriza-se pelo determinismo econômico (socialismo científico). O terceiro tipo é o marxismo revolucionário (maoísmo, guevarismo, Maio 68, sandinismo). Este tipo opõe-se ao estalinismo e é caracterizado como ultra-esquerdista e coletivista.³

Algumas tentativas contemporâneas representam reações à tentativa althusseriana de revitalizar o marxismo: pós-marxismo, marxismo estrutural e marxismo analítico. Dentre os primeiros destacam-se: André Gorz, Fred Blok, Samuel Bowles e Herbert Gintis, Becker, Laclau e Mouffe. As suas propostas compreendem posições anticapitalistas e a favor de um socialismo utópico; enfatizam a prioridade da democracia, a participação do cidadão e a expansão dos direitos pessoais através da democracia representativa. A gênese do pós-marxismo encontra-se nos desdobramentos do eurocomunismo e do eurosocialismo das décadas de sessenta e oitenta.

O novo marxismo estrutural, diferente do marxismo analítico, tende a rejeitar o individualismo metodológico. Apesar de que tentam superar as limitações do paradigma estruturalista, os novos estruturalistas conservam o método de análise que pretende transcender o indivíduo e captar as relações existentes no sistema, ou seja, é um método cujo principal objeto de análise é o próprio sistema. Dentro desta visão o comportamento individual é produto das relações persistentes dentro do sistema, em oposição ao método da escolha racional que confere ao indivíduo liberdade de opção em sua conduta. Ou seja, a teoria dos marxistas estruturalistas constrói-se a partir do sistema de estrutura de classes sociais e não a partir do indivíduo.

³ Convém salientar que entre essas correntes existem diferenças teóricas e históricas importantes.

III O que é marxismo analítico?

Roemer (1989), mesmo duvidando que esse movimento teórico deva chamar-se “marxista”, reconhece que os conceitos centrais utilizados como “materialismo histórico”, “classes sociais” e “exploração” pertencem à teoria marxista.

Dentro do marxismo analítico a ciência social empírica e a análise neoclássica se mesclaram com as preocupações teóricas e políticas do marxismo tradicional. O marxismo analítico é uma estratégia de reconstrução do marxismo, em vistas de que muitas teses marxistas tradicionais mostram-se vulneráveis ou insustentáveis, ao mesmo tempo que a linha divisória entre a teoria marxista e algumas de suas tradicionais antagonistas ficaram obscurecidas. Isto tem uma consequência radical porque significa a relativização da teoria marxista.

O marxismo analítico está condicionado pelas circunstâncias históricas da América do Norte e da Inglaterra onde nunca houve um movimento de massas identificado com o marxismo e também é uma consequência dos movimentos da Nova Esquerda dos anos 60. Ironicamente, a vida intelectual européia, onde predominava o marxismo, voltou-se nos últimos anos ainda mais bruscamente à direita do que a cultura intelectual de fala inglesa e onde o marxismo perdeu a sua força.

A característica mais controversa do marxismo analítico talvez seja a decisão de assumir totalmente as normas científicas e filosóficas convencionais.

A visão de que o marxismo deve sujeitar-se aos padrões convencionais da ciência social e da filosofia analítica implica uma rejeição da tese de que o marxismo, como ciência social, possui uma metodologia distinta, que o diferencia radicalmente da ciência social burguesa. (Wright, et alii., 1992:p 21)

O marxismo analítico⁴, definido por Adam Przeworski, é um método que consiste em tomar algumas suposições da teoria marxista e em aplicar procedimentos científicos normais, ou seja, dedução e observação empírica para examinar sua validade. Nessa perspectiva, a teoria da história marxista (materialismo histórico)

⁴ Os marxistas analíticos também são conhecidos como marxistas da escolha racional e marxistas subjetivos.

deve ser julgada do mesmo modo que qualquer outra teoria, pelo argumento da evidência. (Przeworski, 1990)

Os fundamentos teóricos do marxismo analítico foram estabelecidos por Gerald Cohen (*Karl Marx's Theory of History*, 1978), John Roemer (*A General Theory of Exploitation and Class*, 1982) e Jon Elster (*Making Sense of Marx*, 1985). O marxismo analítico compreende um grupo de intelectuais de formação acadêmica e nacionalidade heterogênea:

Economistas: John Roemer - inglês;
Alec Nove - inglês;

Sociólogos: Jon Elster - norueguês;
Erik Olin Wright - norte-americano;
Klaus Offe - alemão;
Adam Przeworski - polonês;

Cientistas Políticos: Klaus Offe, Adam Przeworski;

Filósofos: A. Levine - norte-americano;
E. Sober - norte-americano
Jon Elster

Historiador: Gerald Allen Cohen - norte-americano.

Os marxistas analíticos criticam a teoria do valor-trabalho, a teoria da taxa declinante de lucros, a unidade da teoria e da prática na luta revolucionária e a visão utópica de uma sociedade comunista livre de escassez. Porém, defendem o método dialético e as teorias da alienação, da exploração e da luta de classes, de forma adequadamente revista e generalizada (Elster,1989)

Os marxistas ortodoxos consideram essas revisões como uma deturpação do significado original atribuído por Marx a certas categorias, entre elas, os conceitos de “exploração” e “classes”. Para os marxistas analíticos o conceito de “exploração” não significa agora a extração de valor da jornada de trabalho pelo capitalista, mas manifestação da relação desigual de recursos. Por sua vez, o conceito de classe não mais caracteriza o processo no qual grupos de pessoas tornam-se diferenciadas através do trabalho, pelo contrário, se orienta para o desenvolvimento de grupos de pessoas em unidades coletivas. A visão histórica

de Marx foi substituída por outra que privilegia o indivíduo como motor da história, embora indivíduos dentro de classes sociais. Essas novas significações de conceitos marxistas clássicos, segundo os marxistas ortodoxos, sugerem um sistema de pensamento bastante diferente, próximo da economia neoclássica e da ciência social liberal, não sendo superior a estas em termos dos poderes explicativos que ele alega possuir.

Marx influenciado pela tradição holística enfatizou as análises macro, conseguindo elaborar a mais completa matriz explicativa sobre o funcionamento do capitalismo, ainda com todos os seus defeitos inevitáveis em qualquer teoria. Esse caráter holístico não contemplou as análises de tipo micro, relacionados com os mecanismos da ação social individual. Para Przeworski (1989: 113): "*A vinculação entre as relações sociais e o comportamento individual é o calcanhar de Aquiles do marxismo.*" Segundo o autor, a capacidade de reprodução do capitalismo não poderá ser compreendida se não se entende os interesses e os atos dos trabalhadores. Não acredita que as ações dos indivíduos sejam determinadas pelas condições objetivas, mas pensa que a liberdade de ação destes se situa nos limites das próprias condições que eles procuram transformar.

As Ciências Sociais têm se defrontado com o problema da antinomia entre estrutura e ação, ou seja, entre as teorias holísticas que pretendem explicar o funcionamento da sociedade a partir de suas características globais ou de sua totalidade, e aquelas que acreditam que são as relações entre os indivíduos os responsáveis pela configuração das estruturas.

IV Individualismo metodológico e o conceito de classes

A incorporação do individualismo metodológico dentro da proposta do marxismo analítico explica-se pela insuficiência do marxismo dos microfundamentos. A maioria das análises marxistas não explicam as ações dos indivíduos.

Para Elster (1989), na análise marxista do capitalismo, *O Capital* apresenta-se como uma entidade coletiva que não pode ser reduzido a nível individual. No *Materialismo Histórico*, a Humanidade constitui o sujeito coletivo. Essas duas instâncias são essenciais no pensamento holista de Marx.

Para Roemer (1989), a economia marxista tem muito a aprender da

economia neoclássica, sobretudo em relação às explicações de mecanismos a nível micro para os fenômenos que ocorrem, de acordo com os marxistas ortodoxos, por razões teleológicas. Desta forma, as ações do Estado têm o efeito de sustentar os regimes existentes. Por outro lado, a economia neoclássica tem muito que aprender do marxismo em relação à pesquisa substantiva. Para Przeworski (1989), o marxismo é uma teoria da história sem qualquer teoria dos indivíduos que fazem essa história.

Por outro lado, a questão mais polêmica dentro do Individualismo Metodológico, é o reducionismo. Os individualistas metodológicos acreditam que todos os processos podem ser, em princípio, explicados em termos dos indivíduos. Os holistas radicais consideram que na vida social existem totalidades ou coletividades que não podem ser explicadas a partir dos indivíduos, ou seja, que o todo é a causa exclusiva e as partes são meros artefatos, ainda que constituídas a partir de relações sociais (Haguette, 1992).

A teoria da escolha racional, segundo Elster (1989), supõe que as pessoas escolherão a ação que acreditam melhor. Essa teoria surgiu com a economia neoclássica de final do século XIX, que por sua vez tem suas raízes no liberalismo do século XVIII que acreditava na existência de um estado da natureza no qual todos os indivíduos eram iguais, calculando suas ações de forma racional com o objetivo de satisfazerem suas necessidades. Os marxistas analíticos aplicam o método da escolha racional rejeitando a visão de mundo da economia neoclássica. Para a economia neoclássica os indivíduos tentam maximizar a consecução de seus próprios interesses através de suas próprias ações. Essa idéia baseia-se no pressuposto de que os indivíduos são indiferenciados e imutáveis, o que contradiz o fundamento marxista aceito pelos marxistas analíticos acerca das desigualdades existentes na estrutura de classes da sociedade capitalista. Dessa forma, o método liberal de alcançar os microfundamentos da ação de atores sociais que não são necessariamente indivíduos (podem ser coletividades que são geradas historicamente mediante a ação de seus agentes), é aceito, mas a visão de mundo é rejeitada. Além disso, os marxistas analíticos consideram que nem sempre os indivíduos agem racionalmente. Para Roemer (1989), os instrumentos mais adequados na busca dos microfundamentos são os modelos da escolha racional, ou seja, a teoria do equilíbrio geral, a teoria dos jogos e o arsenal de técnicas de construção de modelos desenvolvidos pela economia neoclássica. Esse método é uma das grandes contribuições à história intelectual deste século. Existem fortes críticas a esses modelos que não se originam no campo marxista e sim no da psicologia, onde os indivíduos não se comportam de forma racional em

uma variedade de casos. Para Marx, os operários não tinham liberdade para a operacionalização de suas escolhas.

Para Przeworski (1989), as ações dos indivíduos já não podem ser vistas como dadas por suas posições de classe; devem ser explicadas no âmbito de cada conjunto de condições, ou seja, trata-se de ver se a ação coletiva é consistente com as racionalidades individuais.

Segundo Roemer (1989), pode-se oferecer microfundamentos sobre a formação de classe usando modelos de equilíbrio geral e a classe pode se relacionar com a noção de exploração, de tal forma que resulte coerente com a teoria marxista. No entanto, permanecem algumas diferenças importantes no uso desses modelos: observa-se que a teoria econômica neoclássica, basicamente preocupada com uma descrição positiva, postula como dadas as preferências individuais. Este postulado é algo mais que metodológico: é ideológico e deriva da frase "cogito ergo sum". O marxismo inverte o epigrama cartesiano e afirma que as preferências do sujeito são em grande parte consequência do condicionamento social. Os modelos de escolha racional devem ser usados para desenvolver uma teoria sobre a formação endógena de preferências. É necessário uma psicologia materialista que nos permita derivar as preferências a partir das dotações de recursos e da história.

As pessoas nem sempre escolhem o que preferem; nem escolhem ou preferem o que leva ao seu bem-estar, porque suas preferências se formaram sob condições de oportunidades inadequadas, deformadas que foram, geralmente, pela sociedade capitalista.

Para Wright, et alii (1992) o núcleo central do marxismo está constituído por três elementos: a teoria do valor-trabalho, o materialismo histórico e a estrutura e luta de classes. O primeiro vinha a ser o instrumento crítico para a análise do capitalismo; o segundo, fornecia uma explicação adequada para as mudanças e o terceiro, era um conceito explanatório fundamental. É esse núcleo que está sendo questionado pelo "marxismo analítico". Hoje, muitos marxistas julgam insuficiente a teoria do valor-trabalho, colocam em dúvida a plausibilidade do materialismo histórico e consideram as classes sociais apenas como um dos muitos determinantes das políticas do Estado e das ideologias dominantes.

Wright et alii (1992) nega o fim do marxismo e considera o período atual como de maturação e de renovação. O objetivo central dos marxistas analíticos é desenvolver uma agenda marxista para superar as limitações das teorizações marxistas conhecidas: a ortodoxia dos partidos comunistas e a mistura heterogênea

de tendências conhecidas como "marxismo ocidental".⁵

Os marxistas analíticos se diferenciam do que eles mesmos denominam "Pós-marxismo": a postura teórico-política que se considera a si mesma como transcendendo o marxismo mais do que se opoendo a ele; e do "marxismo ocidental".

V A teoria da história de Marx

Os pressupostos de que o marxismo é dialético, histórico, materialista, antipositivista e holista em oposição à teoria social burguesa que é não-dialética, a-histórica, idealista, positivista e individualista, são mais fundamentados em afirmações obscurantistas do que em argumentos coerentes. (Wright, et alii, 1992).

Os elementos específicos tradicionalmente contidos na expressão "método marxista", para serem úteis, devem ser traduzidos numa linguagem de causas, mecanismos e efeitos e não serem usados como princípios filosóficos evasivos. "O marxismo, no marxismo analítico, é, pois, mais frágil que o das correntes anteriores do pensamento marxista." (Wright, et alii, 1992: 24)

No seu esforço pela reconstrução-renovação do marxismo, os marxistas analíticos partem da crítica da Teoria da História Marxista, tal e como é apresentada por Gerald Allen Cohen no seu *Karl Marx's Theory of History: a Defence*. Justificam a escolha porque esse autor foi o primeiro "a desvendar e desenvolver a estrutura causal da teoria de Marx." (Wright, et alii, 1992: 37). O marxismo analítico tem a sua razão de ser na crítica do marxismo ortodoxo. A história humana, segundo a visão marxista ortodoxa, percorre uma trajetória claramente definida de estágios, determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas (a capacidade tecnológica), e suas interações com as relações de produção.

O marxismo ortodoxo tal como é apresentado por Cohen baseia-se em duas proposições:

- Que o nível de desenvolvimento das forças produtivas, numa sociedade, explica o conjunto das relações sociais de produção, a "estrutura econômica" dessa sociedade;

⁵ Ver o conceito de "marxismo ocidental" utilizado por Perry Anderson (1989).

- Que a estrutura econômica explica as “superestruturas” legais e jurídicas e as formas de consciência.

Para Cohen as explicações em questão, são *explicações funcionais*. Essa é, argumentam os marxistas analíticos, uma maneira nova e controvertida, de se entender as relações causais no materialismo histórico. As explicações funcionais explicam a existência ou forma de um dado fenômeno em virtude de seus efeitos benéficos em alguma outra coisa. As “formas funcionais de explicação podem ser legítimas nas ciências sociais, contanto que, em princípio, exista um mecanismo que regule as mudanças funcionais”. (Wright, et alii, 1992:39-40). Na sua análise Cohen liga o desenvolvimento das forças produtivas aos efeitos (funcionais) das relações de produção no uso e subseqüente desenvolvimento dessas forças.

O nível de desenvolvimento das forças produtivas explica que tipo de relações de produção irão favorecer o desenvolvimento das forças de produção e esse fato (disposicional), explica que relações de produção concretamente têm influência. O conceito de “fatos disposicionais” é definido por Cohen como aqueles fatos que já estão presentes para satisfazer determinadas necessidades. De que forma essa estrutura explicativa complexa torna-se plausível? Para isso Cohen utiliza o conceito de *Tese da Primazia*, que divide em seis teses: um determinado nível das forças produtivas somente é compatível com um limitado alcance de relações de produção (Tese 1); dado que as forças de produção tendem a desenvolver-se através do tempo (Tese 2), as forças eventualmente alcançariam um nível em que elas não seriam mais compatíveis com as relações de produção existentes (Tese 3). Quando se apresentam essas incompatibilidades, diz-se que as relações de produção obstaculizam as forças de produção. E dado que os seres humanos têm necessidade de desenvolver as forças produtivas, eles transformarão essas relações. Se eles tiverem as capacidades necessárias (Tese 4), eles poderão fazer isso (Tese 5), e substituir novas relações de produção que sejam as melhores para favorecer o desenvolvimento das forças produtivas (Tese 6).

A Tese da Compatibilidade (Tese 1): “Um nível determinado de poder produtivo é compatível somente com um certo tipo, ou certos tipos, de estrutura econômica”. O conceito de compatibilidade refere-se aos limites recíprocos existentes entre as forças e relações de produção. Esses limites têm dois significados. Primeiro que dentro de determinadas relações de produção, as forças produtivas podem se desenvolver até certo ponto. Segundo, que certas combinações de forças e relações de produção não podem coexistir estavelmente.

Por que as forças de produção que podem surgir dentro de um conjunto de relações de produção seriam incapazes de coexistir com essas relações de produção? Para responder a esta questão Cohen utiliza os conceitos de *incompatibilidade de uso e incompatibilidade de desenvolvimento*.

Incompatibilidade de uso se dá quando certas forças de produção geradas dentro de determinadas relações de produção não podem ser usadas ou plenamente usadas dentro dessas relações. Isso acontece porque a eliminação dos obstáculos que impedem a plena utilização das forças produtivas podem ameaçar as forças de produção existentes.

Incompatibilidade de desenvolvimento é a noção que Cohen enfatiza. Incompatibilidade de desenvolvimento acontecerá quando a estagnação no desenvolvimento das forças produtivas desestabilizar as relações de produção.

Essas duas formas de incompatibilidade das forças e das relações de produção não são independentes uma da outra. A incompatibilidade de uso poderá ajudar a explicar a incompatibilidade de desenvolvimento.

Cada uma dessas incompatibilidades implica num conjunto recíproco de limites impostos pelas forças sobre as relações e pelas relações sobre as forças. Apesar de que existe correspondência entre ambas, não se estabelece a primazia das forças produtivas.

A Tese do Desenvolvimento (Tese 2): “As forças produtivas tendem a se desenvolver através da história”. Esta afirmação significa que existe uma *tendência* para que as forças produtivas se desenvolvam continuamente, não que as forças produtivas invariavelmente se desenvolvam. A Tese 2 é enfraquecida pelos exemplos históricos de estagnação e regressão. Porém, também pode ser corroborada pelos muitos exemplos históricos que podem ser trazidos em seu apoio. Em síntese: devido a natureza humana e às capacidades (racionalis), sempre que existir escassez (relativa), como sempre tem acontecido, existirá uma tendência dos seres humanos a tentar melhorar seus meios de transformação da natureza (de acordo com suas necessidades), e, por isso, existirá uma tendência para as forças produtivas se desenvolverem continuamente.

A Tese da Contradição (Tese 3): Dadas as limitações recíprocas existentes entre as forças e as relações de produção (Tese da Compatibilidade), e a tendência das forças produtivas de se desenvolverem (Tese do Desenvolvimento),

dentro de um tempo suficiente, as forças produtivas se desenvolverão a um ponto tal que não serão mais compatíveis com as relações de produção em que elas anteriormente se desenvolveram. “Contradição” significa nesse caso uma instabilidade estrutural insustentável.

É a incompatibilidade de uso que desempenha a maior parte da tarefa explicativa. O tolhimento de uso é uma base mais plausível para prever as transformações das relações de produção, do que o tolhimento de desenvolvimento.

A Tese da contradição afirma a inevitabilidade da intensificação de incompatibilidades entre as forças e relações de produção. As contradições que inevitavelmente ocorrem, então, podem ser resolvidas através da transformação das relações de produção. Tais contradições só serão resolvidas, se houver agentes históricos capazes de produzi-las.

Tese da Capacidade (Tese 4): Onde houver um interesse “objetivo” na transformação das relações de produção, para restabelecer a compatibilidade com as forças de produção, a capacidade para que essa mudança aconteça, cedo ou tarde, se produzirá.

Se as relações devem ser mudadas, isso será, então como consequência de lutas intencionais de atores com um interesse na sua transformação. Mas para que essas lutas sejam bem sucedidas, os atores devem ter uma capacidade de estar cientes de seus interesses (Tese da capacidade). De acordo com o marxismo ortodoxo a emergência de interesses revolucionários e transformadores ajuda a criar a capacidade de revolucionar a sociedade. A capacidade da burguesia de buscar aliados declina à medida em que seu projeto de classe é associado à estagnação e à crise. Além disso o próprio desenvolvimento do capitalismo reforça as capacidades dos trabalhadores para a transformação das relações de produção pelo fato de colocar os trabalhadores juntos na fábrica, de educá-los técnica e politicamente e de estimular a tendência para a disciplina e a organização.

Tese da Transformação (Tese 5): Quando as forças e relações de produção forem incompatíveis (o que acontecerá enquanto houver sociedade de classe), as relações mudarão de tal modo que a compatibilidade entre as forças e de relações de produção será restaurada.

Onde as contradições entre as forças e relações de produção aparecerem a solução será sempre a favor das forças, não das relações; são as relações de

produção que cederão. Mas o materialismo histórico, em sua versão mais ortodoxa, aspira a uma explanação mais potente: ele propõe explicar a razão da presença das relações de produção específicas que substituirão as que foram transformadas.

Tese da Otimização (Tese 6): Quando as relações de produção são transformadas, elas serão substituídas por relações que serão funcionalmente ótimas para o uso e futuro desenvolvimento das forças produtivas.

Supondo-se que os atores importantes tenham capacidade de transformar as relações de acordo com seus interesses, e dado que seus interesses em transformar as relações provêm de um desejo racional para o uso efetivo das forças, seria irracional substituir velhas relações por algo pior que relações de produção ótimas para incentivar o desenvolvimento das forças produtivas. Desde que a capacidade de transformar as relações implique a capacidade de transformá-las de uma maneira ótima, resultados ótimos se registrarão.

Com a Tese da Otimização a Tese da Primazia está completa. As forças produtivas explicam funcionalmente as relações de produção, pois somente permanecerão aquelas relações que concorrerem otimamente para o uso e desenvolvimento das forças.

Os marxistas analíticos ao criticar a Tese da Primazia de Cohen perguntam-se: por que deverá existir um teto máximo para o nível de desenvolvimento das forças de produção dentro das relações de produção capitalistas? Por que não poderão existir relações de produção baseadas em classes capazes de desenvolver as forças produtivas indefinidamente?

Diante dessa crítica o marxismo ortodoxo afirma que as crises do capitalismo são inevitáveis. Um aumento na composição orgânica desencadearia uma tendência geral para a queda da taxa de lucro. O declínio da taxa de lucro cria tendências para a crise, dentro das economias capitalistas, por várias razões: uma média baixa da taxa de lucro torna a economia mais vulnerável a choques casuais; a taxa de falência de firmas aumenta à medida em que a taxa de lucro diminui, pois mais firmas terão lucros negativos; aumento de falência complica a demanda, fazendo com que firmas, que doutro modo teriam lucros, percam dinheiro. A recorrência e aprofundamento dessas tendências de crise significa que as forças de produção existentes se tornam cronicamente subutilizadas (por isso, a incompatibilidade de uso).

Porém esses argumentos da inevitabilidade das crises são frágeis e segundo os marxistas analíticos são empiricamente infundadas e teoricamente falhas. Cohen, por sua vez, rejeita a inevitabilidade de um colapso do capitalismo. Para ele a busca incessante de bens de consumo gera uma incompatibilidade entre as forças e as relações de produção, não porque a capacidade produtiva esteja reprimida, mas porque é irracionalmente desenvolvida com respeito às necessidades humanas básicas. “A tecnologia produtiva do capitalismo cria uma oportunidade sem paralelo para retirar a maldição de Adão e libertar os homens do peso do trabalho, mas as relações de produção da organização econômica capitalista impedem que isso seja conseguido.” (Cohen apud Wright et alii: 64)

Para Cohen as relações de produção capitalistas se tornam irracionais em relação a uma melhoria da condição humana. Elas então não “tolhem” o desenvolvimento dessas forças. Nem são as relações capitalistas incompatíveis com a utilização produtiva plena dessas forças de produção. No sistema capitalista esse “tolhimento” significa a limitação na realização de interesses humanos fundamentais através do uso racional das forças produtivas, e não um bloqueio como tal de seu desenvolvimento ou de seu uso produtivo.

Apesar de que os marxistas analíticos concordam com a visão de Cohen, esta subverte o poder explicativo da Tese da Compatibilidade. Os marxistas analíticos concluem que não existe fundamento para a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo tenha uma tendência inerente para conduzir para uma contradição entre forças e relações de produção que chegue a ameaçar o sistema. Sem este fundamento não fica claro que a Tese da Compatibilidade seja válida no capitalismo.

A Tese do Desenvolvimento desempenha uma tarefa crítica dentro da defesa do materialismo histórico de Cohen: devido à Tese da Compatibilidade, a tese do Desenvolvimento fornece a base para se acreditar que incompatibilidades entre forças e relações de produção podem ocorrer.

Em certas situações sociais estruturais, a tendência para as forças de produção se desenvolverem historicamente poderiam ainda ser bloqueadas por qualquer outra tendência mais poderosa.

O que está em jogo aqui é a potência causal relativa das forças de produção e da superestrutura em configurar as relações de produção. As capacidades racionais humanas, a inteligência e a escassez natural explicam a tendência da força de produção de se desenvolver; e o desenvolvimento acaba

desestabilizando as relações de produção. Mas a superestrutura dá estabilidade às relações de produção. Para se concluir que existirá uma trajetória temporal geral de mudanças sociais do tipo que o materialismo histórico supõe, deve-se provar que, em geral, a tendência para as forças de produção se desenvolverem é uma causa mais poderosa de desestabilização das relações de produção do que a superestrutura para sua estabilidade.

Se as tendências ao desenvolvimento postuladas na Tese do Desenvolvimento não são suficientemente seguras, poderiam existir sociedades de classe em que não existissem tendências endógenas para que incompatibilidades entre forças e relações de produção pudessem se desenvolver. Ou, ao contrário, podem dar-se incompatibilidades, mas que as superestruturas devem ser suficientemente poderosas para neutralizá-las.

De acordo com alguns marxistas, no modo de produção asiático, a forma social das relações de produção e a forma de estado correspondente geram uma tendência permanente para a estagnação. Desse modo, o modo de produção asiático pode continuar indefinidamente. Se uma classe revolucionária não surgir, não haverá uma base endógena para a mudança. A incompatibilidade leva à contradição somente se ali existir uma classe de agentes capazes de se transformar em portadores de uma ordem social nova, uma ordem que libertará as forças de produção. A existência ou não de tal classe depende, contudo, de formas históricas específicas que as relações de produção irão assumir, e não, como a visão ortodoxa defende, de uma dinâmica investida nas forças de produção como tais – uma dinâmica derivada, fundamentalmente, de interesses e capacidades humanas trans-históricas. Parece que o materialismo histórico ortodoxo assume a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental como um paradigma das transformações sociais históricas de maneira geral.

A ausência de uma teoria adequada de capacidade de classe constitui uma fraqueza importante do materialismo histórico, especialmente em suas aplicações à sociedade capitalista. Os marxistas questionam se a classe trabalhadora tem a capacidade de efetivamente derrubar o próprio capitalismo e se ela não tiver essa capacidade, deve ela desenvolver os meios para realizar sua “missão histórica”?

Cohen afirma que as classes dominantes, que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas, irão perder o apoio fora de sua classe, enquanto que as classes ascendentes, capazes em princípio, de libertar as forças de produção das relações sociais que tolhem o desenvolvimento posterior,

ganharão aliados e apoio. As capacidades surgem junto com os interesses, porque as pessoas (racionais) apostarão nas classes que lhes prometem um futuro melhor. Ou seja que... “O socialismo, por isso, se torna mais e mais possível à medida em que as crises se tornam cada vez piores (Cohen apud Wright, et alii, 1992: 72).

Os marxistas analíticos consideram que o argumento geral – de que o povo apostará na classe que lhes prometer um futuro melhor – somente é plausível se nós supusermos que as pessoas geralmente têm consciência de sua situação e possuem expectativas razoáveis sobre as conseqüências que lhes advirão pelo fato de viverem sob relações sociais radicalmente diferentes e, sobretudo, que as pessoas possam transformar seus interesses em meios materiais e organizacionais exigidos para satisfazerem seus interesses. Nenhum desses postulados é autoevidente.

A afirmação de que as crises se tornam cada vez mais intensas está longe de ser evidente.

A afirmação de que o proletariado aumentará sua consciência de classe e se tornará mais organizado para implementar novas relações de produção socialistas, é difícil de ser defendida apelando-se para um interesse “objetivo” em transformar o capitalismo em socialismo. Igualmente, se se concorda com Cohen, de que a contradição distintiva do capitalismo avançado reside não na estagnação ou pauperização, mas no desenvolvimento irracional dos recursos produtivos, então o desenvolvimento automático da consciência de classe parece bastante menos plausível.

A Tese da Capacidade é duplamente errônea, afirma Wright et alii, (1992): primeiro, porque as capacidades de classe são determinadas por uma variedade de fatores que são irreduzíveis ao desenvolvimento das forças produtivas; e, segundo, porque a própria mudança tecnológica pode minar, sistematicamente, as capacidades de luta da classe trabalhadora.

Wright, et alii (1992) afirma que embora haja tendências que favorecem a degradação e a homogeneização do trabalho, do tipo investigado por Marx, e embora essas tendências possam contribuir para o crescimento das capacidades das classes trabalhadoras, existem também importantes tendências contrárias que favorecem a diferenciação e a segmentação que subvertem essas capacidades. O Estado contribui para a desorganização das classes subalternas através das instituições ideológicas ou culturais que impõem valores individualistas e consumistas, valores que militam em contra a formação de uma consciência de classe revolucionária.

Não existe ligação necessária entre o desenvolvimento de um interesse objetivo numa mudança social periódica, da parte de uma classe, e o desenvolvimento das capacidades de classe em fazer acontecer essas transformações periódicas. Não é seguro, portanto, imputar a essas forças produtivas o tipo de primazia que o materialismo histórico ortodoxo lhes atribui.

Subordinar as capacidades de classe para agir aos interesses de classe nos resultados das ações é uma conseqüência do estilo individualista de argumentação em que Marx muitas vezes caiu, apesar de suas muitas alusões depreciativas aos contratualistas e outros “individualistas”.

Os atores racionais não agem simplesmente à base dos benefícios ligados aos resultados; eles também levam em consideração os custos previstos do processo necessário para se conseguir esses resultados. O capitalismo pode ser desperdiçador e irracional, mas mesmo assim não propiciar crise tão profunda que os custos de uma luta revolucionária pelo socialismo se tornem “comparativamente toleráveis”. Se a racionalidade é identificada com um cálculo de custos e benefícios sobre meios e fins, é difícil imaginar por que alguém iria participar, de qualquer modo, de lutas revolucionárias.

As transformações socialistas podem muito bem ser possíveis. Se elas o forem, porém, isso não é, simplesmente, uma conseqüência do tolhimento das forças produtivas. Antes de Darwin e Marx, a estagnação era o estado natural dos sistemas. A teoria evolucionista e o materialismo histórico são exemplos de estratégias diversas de fazer da história um objeto de investigação teórica.

A teoria da história de Marx deve ser julgada por padrões que podem ser aplicados a qualquer programa que se proponha explicativo. Para Wright, et alii (1992) a teoria evolucionista é histórica porque Darwin ao afirmar que a força principal da evolução é a seleção natural, colocou na estrutura de sua teoria a idéia de direção.

O objetivo central do materialismo histórico é discernir as determinações causais que governam a estrutura e a direção da mudança histórica. O materialismo histórico sustenta que as mudanças que ele quer explicar têm características de desenvolvimento e possuem uma direcionalidade determinada. No marxismo ortodoxo a direcionalidade é um efeito da maneira como as estruturas econômicas são selecionadas para maximizar a taxa de desenvolvimento

das forças produtivas. O materialismo é, pois, uma teoria da otimização.

Marx defende que as forças de produção tendem a crescer continuamente, ocasionando transformações descontínuas das relações sociais de produção. O materialismo histórico ortodoxo é uma teoria da inevitabilidade histórica, de uma seqüência inevitável de estágios episódicos. Para Wright, o materialismo histórico pode prescindir de seu compromisso com uma inevitabilidade histórica, sem se tornar trivial ou perder seu caráter distintivo.

Os biólogos evolucionistas e os historiadores convencionais estão interessados em explicar acontecimentos particulares, e não as tendências históricas mais fundamentais. O materialismo histórico, por outro lado, é uma teoria das tendências e dos padrões de transformação.

A genética da população não diz nada sobre mudanças em grande escala na diversidade da vida, não traz uma compreensão maior dessas mudanças, e não explica sua estrutura ou sua dinâmica subjacente. Para a teoria evolucionista tradicional os acontecimentos principais da história natural são “acidentes”. Os historiadores convencionais compartilham essa visão dos biólogos evolucionistas. Para a historiografia dominante, cada mudança pode ser explicada causalmente, ao menos em princípio; mas não existe um princípio geral que governe a mudança histórica, e nenhum conjunto sistemático de explicações particulares que possua interesse explicativo.

Para Wright uma teoria da história geral, como o materialismo histórico, é demasiado ampla para influenciar significativamente as explicações da maioria dos acontecimentos particulares.

O materialismo histórico divide a história em períodos de modos de produção separados, que são considerados como divisões reais, derivados, em princípio da lógica interna da teoria da trajetória histórica. A teoria evolucionista vê as divisões da história da vida como resultados essencialmente contingentes, derivados de uma análise *ex post facto* da narrativa histórica.

O que se questiona é a afirmativa de que é possível construir uma teoria da tendência inerente das sociedades para se moverem de uma dessas formas para outra, segundo um caminho previsível. O desenvolvimento histórico materialista é interno aos sistemas constituídos pelas forças e relações de produção.

A historiografia dominante reconhece poucos processos endógenos, se chega a reconhecer algum; de qualquer modo, não lhes dá nenhuma importância explicativa especial. Na teoria darwinista é a seleção natural, e não os processos endógenos, que determina a trajetória da mudança organísmica. O materialismo histórico, ao contrário, aceita *somente* fatores causais endógenos.

A historicidade do materialismo histórico consiste precisamente no papel que ele atribui aos processos endógenos. Uma teoria de mudança histórica que aceite apenas fatores exógenos seria uma teoria de variação histórica. A dinâmica da mudança seria devido a fatores *fora* da história. O materialismo histórico concebe a mudança como uma necessidade interna.

O materialismo histórico, pois, não apenas fornece uma descrição da estrutura da história, fundamenta esta estrutura, e ordena os elementos dessa estrutura cronologicamente; ele também explica essa ordenação historicamente, através do recurso a processos que são endógenos aos próprios sistemas históricos que a teoria identifica como seu campo específico. Wright et alii (1992: 106-107).

O materialismo histórico privilegia as causas endógenas sobre as exógenas, duplamente: suas leis gerais admitem apenas processos endógenos e sua hipótese histórica correlata afirma que esses processos endógenos desempenharam um papel crucialmente importante na determinação da conformação da história humana.

...a análise de Marx sobre os mecanismos da produção capitalista...continua sendo cerne indispensável de qualquer tentativa de compreensão das transformações massivas que agitaram o mundo a partir do século 18. (Giddens apud Wright et alii, 1992: 113)

A argumentação de Giddens gira ao redor de três tópicos interligados: 1) descobrir os melhores princípios metodológicos para analisar a inter-relação dos diferentes aspectos da sociedade dentro do todo social, ou “totalidade”; 2) definir a estratégia para a elaboração de tipologias classificatórias de formas de sociedade; e 3) desenvolver uma teoria da caminhada das sociedades de uma forma

para outra, dentro de tal tipologia. Giddens critica o que ele chama de tratamento marxista de cada um desses tópicos: *funcionalismo* da análise marxista da totalidade social; *reducionismo* econômico, ou de classe, nas tipologias de sociedades fundamentadas no conceito de modo de produção; e *evolucionismo* na teoria da transformação das formas sociais.

Em oposição, Giddens propõe uma teoria geral da estruturação social: Em vez do funcionalismo as totalidades sociais são analisadas como sistemas sociais contingentemente reproduzidos; em vez do reducionismo de classe, ou econômico, as formas da sociedade são diferenciadas com base num conceito multidimensional de “distanciamento espaço-tempo”; e em vez do evolucionismo, as transformações das formas sociais são compreendidas em termos do que Giddens chama de “transições episódicas”.

Para Giddens a ciência social se apoia em explicações funcionais. Giddens critica as explicações funcionais por diversas razões: por pressuporem uma falsa divisão entre estática e dinâmica; por sugerirem que os atores humanos são apenas agentes de relações sociais e, ainda mais importante, por atribuírem falsamente “necessidades” aos sistemas sociais. Wright coincide na descrição de Giddens às tendências funcionalistas dentro do marxismo. Porém, segundo Wright, a sua crítica é errônea, em primeiro lugar porque escreve como se os marxistas ignorassem esse problema. Em segundo lugar, embora Giddens esteja certo em denunciar transições fáceis de descrições, para explicações funcionalistas, ele está errado ao rejeitar completamente explicações funcionalistas. “A funcionalidade de uma determinada instituição ou prática nunca é uma explicação completa desse fenômeno, mas pode, seguramente, constituir-se em parte de uma explicação mais apropriada.” (Wright, et alii, 1992:117).

Ou seja que a explicação funcional é uma explicação incompleta. Elster (1989b) afirma que as explicações funcionais raramente figuram em explanações científicas sólidas. Contudo Elster não rejeita completamente as explicações funcionais e inclusive aceita que em determinadas situações as explicações funcionais seriam adequadas. Ele argumenta que é correto responder, com uma explicação funcional, à pergunta: Por que as empresas capitalistas adotam, em geral, estratégias de maximização dos lucros? O mercado elimina empresas que trabalham com estratégias de subotimização. A maximização consciente dos lucros pode aumentar a eficiência do mecanismo de seleção, mas a relação funcional é, ela mesma, garantida estruturalmente pelo mercado.

Os marxistas caracterizam a forma geral da sociedade em termos de sua

estrutura de classe. Giddens critica esse princípio de tipologia social. Ele rejeita as tipologias de sociedades baseadas na classe, sem questionar a importância da análise de classe em geral.

Giddens critica o reducionismo em dois contextos: primeiro, somente no capitalismo pode a classe ser vista, como o princípio estrutural central da sociedade como um todo. Segundo, as sociedades são caracterizadas por muitas formas de dominação e exploração, que não podem ser reduzidas a um princípio único, classe. A primeira dessas afirmativas serve de base para a crítica do reducionismo de classe intersocietário; a segunda serve de base para uma crítica do reducionismo de classe intrasocietário.

Somente no capitalismo a classe permeia todos os aspectos da vida social. Embora outras sociedades não capitalistas pudessem ter tido classes, as relações de classe não constituem seu princípio essencial de organização social.

Giddens diferencia o que ele chama de sociedade de classe e sociedade dividida em classes. No primeiro caso, a classe é o princípio estrutural central. No segundo caso, a análise de classe não serve como base para a identificação do princípio estrutural básico de organização dessa sociedade. A argumentação gira ao redor de sua análise de *poder e dominação*. Poder, na teoria da “estruturação social” de Giddens, é uma subcategoria de capacidade transformativa, em que “a capacidade transformativa é condicionada às tendências de agentes de fazer com que os outros sejam obrigados a fazer suas vontades. Poder, nesse sentido relacional, refere-se à capacidade dos atores em garantir os resultados, onde a execução desses resultados depende da atuação de outros”. (Giddens apud Wright, et alii). Dominação é definida como “assimetrias estruturadas de recursos reunidos e reconstituídos em tais relações de poder.”

A partir desses conceitos as sociedades podem ser classificadas em duas dimensões principais:

1. *O tipo de dominação de recurso, alocativo ou autoritário, mais importante para manter as relações de poder.* Para Giddens é somente no capitalismo que o controle sobre os recursos alocativos per se é de importância primordial. Em todas as sociedades não-capitalistas, “recursos autoritários são a base principal tanto para o poder político como para o econômico.” (Giddens apud Wright, et alii, 1992).

2. *A magnitude de controle sobre cada um desses recursos no espaço e no tempo.* Essa noção é o núcleo do complexo conceito de Giddens de “distanciamento espaço-tempo”. O controle sobre qualquer recurso pode ser especificado em termos de sua extensão sobre o espaço e o tempo.

A ruptura qualitativa central na tipologia de Giddens aparece entre o capitalismo e todas as sociedades não-capitalistas. Somente no capitalismo os recursos alocativos são a base central de poder. Por conseguinte, somente no capitalismo, pode a classe ser tomada como princípio organizativo da sociedade. Essa afirmação parece contradizer a tese marxista de que as estruturas de classe (ou os modos de produção) são os princípios básicos de todas as sociedades. Num exame mais cuidadoso, porém, a diferença praticamente desaparece.

Enquanto Giddens acentua fatores não-econômicos em suas explicações da *gênese* do capitalismo, ele argumenta que são as relações de propriedade distintivas do capitalismo que explicam por que a classe torna-se um princípio organizativo tão central nas sociedades capitalistas. Pela análise de Giddens, afirma Wright, são as variações na natureza das relações de propriedade que explicam as variações na relativa centralidade de controle sobre os recursos autoritários ou alocativos nas sociedades.

Para Wright et alii (1992), a posição de Giddens se aproxima da posição de Marx, em *O Capital*, de que a economia é, “determinante” mesmo se outros aspectos da sociedade são “dominantes” em algumas estruturas econômicas pré-capitalistas. Uma razão por que a posição de Giddens não está tão distante das formulações de Marx, como ele proclama, tem a ver com o conceito de classe. Giddens liga estreitamente classe a “formas seccionais de dominação criadas pela posse privada da propriedade”, onde “posse” significa controle direto sobre o uso e a disposição dos meios de produção, e “privada” significa direitos legalmente assegurados sobre esses meios de produção. O desacordo entre Giddens e o marxismo é, pois, segundo Wright, problema de terminologia. Muitos marxistas retratam o mesmo contraste descritivo que Giddens traça entre os mecanismos econômicos e as relações de classe dentro do capitalismo, baseados no contrato de trabalho e na propriedade privada, e os mecanismos coercitivos extra-econômicos das sociedades de classe não-capitalistas. Os marxistas também concordam com Giddens no fato de que essa distinção qualitativa entre sociedades de classe capitalistas e não-capitalistas representa uma ruptura mais profunda que qualquer distinção entre sociedades pré-capitalistas. O ponto em que discordam é como o termo “classe” deve ser empregado com respeito ao uso de recursos

autoritários e alocativos na apropriação da mais-valia.

Wright et alii (1992) admite que disputas terminológicas raramente são inocentes. Em geral, delinear os critérios de delimitação de um conceito abre ou fecha linhas de investigação.

Como aponta Giddens, os marxistas muitas vezes tentaram explicar a existência e as formas desses eixos de dominação como “expressões” de classe, especificamente através do recurso a explicações funcionais. Tais argumentos reducionistas são ilegítimos, relações de exploração entre estados, relações étnicas e sexuais possuem fontes de variação que não podem ser totalmente explicadas pela classe.

Os marxistas discordariam de Giddens quando ele sugere que a irreduzibilidade de sexo, etnia ou nacionalidade à classe implica que essas formas de dominação-exploração tenham um igual status na definição das diferenças entre sociedades. A maioria dos marxistas continuaria a argumentar a favor de uma primazia geral de classe, mesmo se outras relações não são simples reflexos de classe. A estrutura de classe determina os limites da possível variação de outras formas de dominação, mesmo que não determine a natureza dessas formas como tais. As relações de classe não apenas “iluminam” a análise do sexo, etnia ou nacionalidade, como sugere Giddens; elas determinam os parâmetros estruturais básicos dentro dos quais essas relações se desenvolvem.

Os marxistas utilizam três tipos de argumentos para defender a primazia de classe. Primeiro, mesmo que as formas de dominação não-classista sejam irreduzíveis à classe, a classe estrutura, sistematicamente, a subjetividade dos atores. Segundo, as relações de classe, pelo fato de estruturarem o acesso aos recursos materiais, limitam as capacidades de ação dos diferentes grupos, inclusive para os grupos não redutíveis às relações de classe. Terceiro, somente as relações de classe possuem uma lógica interna de desenvolvimento que gera a trajetória das transformações da estrutura de classe.

Giddens ataca todas as formas de “pensamento evolucionista” na teoria social porque as perspectivas evolucionistas nas ciências sociais, segundo ele, estão baseadas na noção de adaptação - especificamente, a adaptação de uma sociedade a seu ambiente material. Para Giddens é um erro falar de sociedades se adaptando: “a idéia de adaptação cai na mesma categoria das ‘necessidades’ funcionais que já criticamos. As sociedades não têm necessidades de ‘se adaptar’

(dominar, conquistar) seus ambientes materiais.” (Giddens apud Wright, et alii, 1992: 136).

Giddens apresenta uma explicação das transformações sociais em termos do que ele chama de “transições episódicas”, “limites espaços-temporais” e “desenvolvimento histórico contingente”. “Os episódios se referem a processos de mudança social que possuem uma direção e forma definidas, e em que ocorrem transformações estruturais específicas.” (Giddens apud Wright et alii, 1992: 137). A direcionalidade e a dinâmica dessas mudanças são específicas de cada episódio, de cada forma historicamente específica de transição social. Não existe uma dinâmica, ou direção geral, para a mudança social através dos episódios. Giddens sustenta que as teorias evolucionistas implicam sucessões de sociedades em seqüências de estágios; enquanto, de fato, diferentes formas de sociedade se sobreponham. Para Giddens não existem ‘tendências inevitáveis’ no desenvolvimento social. A mudança social é um conjunto de transições sobrepostas descontínuas, contingentemente determinadas, que não possuem um padrão geral ou uma lógica desenvolvimento.

Porém para Wright o raciocínio de Giddens pressupõe, erradamente, que o único caminho através do qual uma teoria da história pode incorporar um princípio de direcionalidade é através do tratamento da trajetória histórica das formas sociais de uma maneira paralela ao desenvolvimento cíclico vital dos organismos. De todas formas, se alguma dessas teorias é correta, somente poderá ser decidido empiricamente.

Tanto os marxistas analíticos como Giddens coincidem na rejeição de teorias de mudança social episódica, construídas a partir da idéia de que as sociedades devem se desenvolver ao longo de um único caminho, guiadas por uma adaptação sempre crescente ao ambiente ou às condições materiais.

Giddens coloca duas alternativas básicas do que deve ser uma teoria da história: ou uma teoria da história deve se fundamentar num modelo rígido de desenvolvimento semelhante ao desenvolvimento de um organismo, ou ela deve tratar dos episódios históricos como um problema de conexões contingentes entre diferentes formas sociais, sem nenhuma direcionalidade geral através das épocas.

Poder-se-ia propor uma teoria que aceitasse uma direcionalidade geral para a mudança histórica, mas rejeitasse o ponto de vista de que a direcionalidade implica

uma trajetória única e uma seqüência de desenvolvimento. Uma teoria desse tipo é chamada de teoria das trajetórias históricas.

Porém as sociedades não possuem “necessidades”, ou tendências teleologicamente orientadas. Não existe uma seqüência de estágios através dos quais todas as sociedades *devam* passar. Nem para cada estágio existe apenas um futuro possível; podem existir múltiplas alternativas. Uma teoria desse tipo indica apenas que existe algum impulso positivo para um movimento, e que esse movimento possui uma “tendência” para determinada direção. Além disso, não significa que todas as sociedades devam se desenvolver. Ou seja que também podem existir a regressão e a estagnação.

O materialismo histórico é uma teoria das trajetórias históricas. De acordo com essa teoria, antes do capitalismo não existia um forte impulso para o desenvolvimento das forças produtivas. Havia, contudo, certa probabilidade de que as forças de produção se desenvolveriam, e a probabilidade de regressão era menor do que a probabilidade de se manter níveis de produtividade previamente conseguidos.

A tendência contra o desenvolvimento “descendente” pode ser defendida com os seguintes argumentos: em primeiro lugar, não existem grupos na sociedade com interesses fundamentais em reduzir a produtividade do trabalho. Em segundo lugar, o aspecto central do desenvolvimento das forças de produção é o desenvolvimento do conhecimento das técnicas produtivas, não a acumulação de equipamentos pesados. Em terceiro lugar, como Marx e Engels afirmam na *Ideologia Alemã*, uma vez alcançado determinado nível de desenvolvimento, as “necessidades” das pessoas passam a depender das tecnologias em vigor. E finalmente, sempre existirão indivíduos e grupos com interesses particulares em aumentar a produtividade do trabalho - e portanto em desenvolver as forças de produção.

Os marxistas tradicionalmente afirmaram que, quando acontece um colapso, as relações serão transformadas em um novo e singular conjunto de relações; e que as sociedades evoluirão, então, ao longo de uma trajetória específica, de uma forma de sociedade a outra. Contudo, esta afirmação pressupõe que atores sociais com interesses em transformações “progressivas” acabarão adquirindo as capacidades exigidas para fazer com que as mudanças que eles desejam se concretizem. Para Wright, nenhum desses pressupostos é provável, porém não descarta a afirmativa de que existam tendências em direção

ao progresso e portanto não é posta em xeque a teoria do materialismo histórico com respeito à direcionalidade das formas sociais que ele identifica. “Desse modo, uma teoria da história, purificada do que é menos defensável no marxismo histórico ortodoxo, mas conservando os aspectos estruturais centrais da teoria histórica ortodoxa, ainda é válida como uma teoria das trajetórias históricas.” (Wright et alii, 1992:147) Uma teoria desse tipo, afirma Wright, possibilitará a reconstrução do materialismo histórico.

Giddens insiste que os mecanismos de movimento de uma forma para outra são específicos de cada transição, e que não existe um impulso trans-histórico que conduza de sociedades tribais, com baixa distanciação espaço-tempo, para sociedades capitalistas ou socialistas com alta distanciação espaço-tempo. Apesar disso, reconhece Wright, Giddens conserva a idéia de uma leve direcionalidade no desenvolvimento histórico. Então, o novo na argumentação de Giddens não é sua rejeição da idéia de que a mudança histórica possui uma direcionalidade histórica. O novo é a idéia de que a trajetória da história segue uma lógica dual, animada por impulsos autônomos de expansão da distanciação espaço-tempo, no que diz respeito aos recursos alocativos e autoritários. Para Giddens, segundo Wright o desenvolvimento social é o resultado de uma dinâmica autônoma fundamentada simultaneamente em estruturas políticas e econômicas (visão dualista). Os marxistas seriam monistas.

Temos duas versões rivais da trajetória da história, e não uma disputa entre uma teoria evolucionista (marxismo) e uma antievolucionista (Giddens). Porém é muito arriscado concluir que o dualismo de Giddens é uma caracterização mais adequada. Muitos teóricos pós-marxistas sucumbiram a essa tentação.

Em primeiro lugar, a chave para compreender as mudanças entre recursos alocativos e autoritários reside na compreensão da trajetória do desenvolvimento das estruturas econômicas.

Em segundo lugar, os pressupostos motivacionais, que subjazem às razões para o desenvolvimento das forças produtivas, são mais plausíveis. Ao longo de quase toda a história humana, existiu um interesse geral em aumentar a produtividade do trabalho a fim de reduzir a fadiga - e muitas vezes para aumentar a produção excedente. Esse interesse realça o impulso continuado, embora fraco, na direção da expansão das forças produtivas.

VI A reconstrução do materialismo histórico

Para Wright et alii (1992), o materialismo histórico não deve ser abandonado, mas reconstruído.

O materialismo histórico oferece uma explicação para:

- a) as condições (materiais) necessárias para a mudança;
- b) a direção da mudança;
- c) os meios através dos quais se consegue a mudança;
- d) as condições suficientes para a mudança.

A afirmação menos plausível é (d).

Não existe uma boa razão para aceitar que um interesse numa mudança seja suficiente para fazer com que se concretizem as capacidades materiais, organizacionais e intelectuais para a mudança; e conseqüentemente não existe razão de propor uma seqüência de épocas históricas determinadas.

O fato de excluir (d) ajuda a transformar o materialismo histórico de um modelo de história tipo “desenvolvimento de organismo” para uma teoria das trajetórias históricas. O mapa do caminho do desenvolvimento histórico pode ter cruzamentos e desvios, bifurcações em que mais de uma opção seja historicamente possível e em efeitos subótimos (com respeito à liberação das forças de produção) podem ocorrer. A qualidade cumulativa do desenvolvimento das forças produtivas faz ainda que retrocessos sejam menos prováveis do que as paradas ou os avanços (daí a direcionalidade “descendente” das trajetórias históricas, mas a eliminação da seleção ótima das estruturas econômicas abre a possibilidade de caminhos múltiplos para o futuro.

O *materialismo histórico mitigado* é a teoria ortodoxa sem o pressuposto improvável e não fundamentado de que o que é necessário para uma mudança histórica específica é também suficiente. Contudo, tanto o materialismo histórico ortodoxo, como o mitigado, afirmam que existe uma espécie de lei tendencial para que as relações de produção correspondam a forças de produção, de modo tal que facilitem o contínuo desenvolvimento das forças produtivas.

A elaboração do materialismo histórico mitigado, como uma teoria das trajetórias históricas, está destinada a provocar uma reconstrução da tipologia das

estruturas econômicas que os marxistas tradicionalmente aceitavam. Wright acredita que é desejável elaborar conceitos da estrutura econômica a níveis de abstração mais baixos que os aceitos geralmente pelos marxistas.

Outros tipos de reconstruções do materialismo histórico baseadas em modificações da tese da Primazia são possíveis. Uma teoria histórica que defenda apenas (a) e (b), que Wright chama de *quase materialismo histórico*, é também concebível. A teoria daí resultante, para poder negar a plausibilidade de (c), deveria propor uma explicação - não-marxiana - das maneiras como se consegue o padrão e a direção que ela partilha com o materialismo histórico ortodoxo e mitigado.

O *materialismo histórico limitado*. Um terceiro abrandamento do materialismo histórico conserva (a), mas abandona ao menos parcialmente (b). O materialismo mitigado, como o ortodoxo, pretende dar conta das características de larga escala da estrutura e trajetórias gerais da história, desde seus inícios até o presente e para o futuro. O materialismo histórico *limitado* pode garantir que a teoria não se refere à totalidade da história humana, nem mesmo apenas à história das sociedades de classe, como o *Manifesto Comunista* sugere, mas somente à história de certos tipos de sociedades de classe. Um materialismo histórico limitado - que satisfaça (a) e (c), mas aplicado a menos aspectos da história humana dos que os geralmente pressupostos pelos materialistas históricos em (b) - é ainda concebível.

G.A. Cohen sugeriu que para que o materialismo histórico seja plausível, deveria se restringir a uma teoria das estruturas econômicas e de outras práticas sociais somente enquanto elas afetassem essas estruturas econômicas. Poderiam existir processos históricos dinâmicos, endógenos, mesmo ao nível de abstração em que o materialismo histórico é colocado, que são distintos daquele que a Tese da Primazia identifica, desde que eles não interfiram na dinâmica do materialismo histórico. Baseado nisso, Cohen faz uma distinção entre o materialismo histórico "inclusivo" e "restrito".

Dentro da visão tradicional "inclusiva" a "superestrutura" se compõe de todos os fenômenos sociais não-econômicos. Esta afirmação é absurda se é tomada como significando que a economia explica os mínimos detalhes das instituições não-econômicas; e nenhum marxista por mais que defenda a teoria ortodoxa jamais pensou assim. O materialismo histórico inclusivo, portanto, implica que somente propriedades "importantes", "básicas" ou "gerais" das



superestruturas são explicadas pela base econômica.

O problema é que não há como distinguir propriedades importantes das superestruturas das não-importantes. Portanto não existe uma base para compreender o objetivo explanatório da Tese da Base/Superestrutura. Para superar esse problema Cohen afirma que o materialismo histórico deve ser reconstruído de uma maneira restrita ou seja que o materialismo histórico apenas necessita garantir que as estruturas econômicas explicam funcionalmente aqueles aspectos dos fenômenos.

VII Marxismo e Individualismo metodológico

O marxismo como todo programa de pesquisa pode ser avaliado tanto por seus resultados como por seus métodos. Por "metodologia" Wright entende a forma de construir explicações, o que significa afirmar que algumas causas são mais importantes que outras, como formar e transformar conceitos, e como coletar e avaliar dados em pesquisa.

Uma característica do marxismo é a afirmativa de que o marxismo contém metodologias distintas, que se diferenciam da teoria social "burguesa". Até agora havia um consenso dentro da tradição marxista de que a metodologia marxista e a burguesa se opõem radicalmente. O marxismo analítico discorda de uma particularidade metodológica do marxismo, insistindo em que o que é válido no marxismo são suas premissas teóricas sobre o mundo, não sua metodologia. O alinhamento teórico do marxismo com o holismo não impediu alguns exemplos de trocas em que não marxistas utilizaram enfoques holísticos e de marxistas que consideraram que o individualismo metodológico deve ser levado em conta.

A análise de Marx baseou-se numa crítica radical do "individualismo" dos economistas clássicos e dos filósofos contratualistas, enfatizando o absurdo de suas pretensões de conceber os indivíduos abstraídos das relações sociais. Quase todos os marxistas atribuíram relevância explicativa às "totalidades" sociais, em oposição às estreitezias de formas individualistas de análises. Igualmente os defensores do individualismo metodológico como Hayek e Popper consideravam o individualismo metodológico como uma alternativa às práticas explanatórias do marxismo. Resultando irônico que o que vale a pena no marxismo possa ser resgatado a partir do individualismo metodológico.

O que é distintivo da teoria marxista é substantivo e não metodológico e que a metodologia a ser adotada pelos marxistas deve ser apenas uma metodologia científica sadia. Porém o individualismo metodológico não é uma boa metodologia.

A plausibilidade do individualismo metodológico marxista depende da maneira como é conceituado, porém existe muita ambigüidade na sua definição, que inclusive tem ser reproduzido nas discussões dos marxistas analíticos.

O individualismo metodológico é uma reivindicação sobre o caráter da explicação. Afirma que todos os fenômenos sociais são melhor explicados pelas propriedades dos indivíduos compreendidos no fenômeno. Ou seja, toda explicação que envolve conceitos sociológicos de nível macro deveria, em princípio, ser reduzida a explicações no plano micro dos indivíduos e suas propriedades.

O atomismo é uma concepção metodológica que nega toda capacidade explicativa às relações, quer se dêem entre indivíduos, quer se produzam entre entidades sociais. Por exemplo, um atomista diria que a passagem do feudalismo ao capitalismo pode ser explicada por processos causais que operariam de modo estritamente interno aos indivíduos na sociedade em questão. Ou seja, que para o atomista são explicativas as entidades constituídas de modo plenamente não relacional.

O individualismo metodológico coincide com o atomismo na concepção de que a explicação sociológica é, em última instância, redutível a explicações de nível individual. Para Elster (1989) o individualismo metodológico é:

...a doutrina de que todos os fenômenos sociais - sua estrutura e sua mudança - são, em princípio, explicáveis por fatores que envolvem apenas indivíduos - suas propriedades, seus objetivos, suas crenças e suas ações. Passar das instituições sociais e dos padrões agregados do comportamento para os indivíduos é uma operação semelhante à passagem das células às moléculas.

Elster argumenta que o estoque de características individuais que é a base para explicar fenômenos sociais é muito mais amplo do que as crenças, desejos e outros elementos psicológicos dos indivíduos. Ele aceita que muitas propriedades

individuais são inerentemente relacionais, de modo que a descrição correta de um indivíduo pode implicar a referência a outros. Se são incluídas propriedades relacionais nas descrições das próprias partes, então não é mais verdade que o todo é mais do que a soma de seus componentes.

O individualismo metodológico distingue-se do holismo radical e do anti-reducionismo por sua insistência em que apenas as relações entre indivíduos são irreduzivelmente explanadoras. Os individualistas metodológicos negam que categorias sociais agregadas são sempre irreduzivelmente explicativas. Se uma propriedade social é explicativa, é porque pode ser reduzida a propriedades das relações entre indivíduos particulares.

Para os holistas radicais as relações individuais são essencialmente epifenomenais com respeito às explicações sociológicas. Não se trata, apenas, de que o "todo é mais do que a soma de suas partes", mas de que o todo é a única causa genuína e as partes são meros artefatos (mesmo quando constituídas relacionalmente). As categorias macrosociais - como capitalismo, o estado, as relações de classe - não são simplesmente irreduzíveis a processos microsociais. A tradição marxista, devido a sua ênfase na "totalidade", tem sido particularmente suscetível a essas idéias. Podem-se mencionar três exemplos: o raciocínio teleológico na teoria da história, as formulações extremadas em defesa da causalidade estrutural e o que se pode chamar de argumento de "operação coletiva".

Teleologias⁶ holistas aparecem em análises históricas que vêem a trajetória social da mudança como sendo objetivamente dirigida para uma finalidade última independente das intenções subjetivas dos atores. Nesses casos, a força explicativa é atribuída a este "fim último" da história. Os indivíduos, portanto, são apenas agentes de forças sociais intencionais, mas impessoais. É a noção obscura de "causalidade estrutural" de Althusser segundo a qual as estruturas causam estruturas e os indivíduos são apenas "suportes" das relações sociais.

O problema não está em poder eliminar o nível individual de análise, mas em como deveriam ser vinculados à análise macrosociológica. O individualismo metodológico sustenta que os fenômenos macrosociais sempre podem ser reduzidos às suas realizações no plano micro.

O anti-reducionismo reconhece a importância do plano micro de análise na

⁶Na teleologia o propósito objetivo da história é representado como a finalidade de um Sujeito Coletivo genuíno.

explicação dos fenômenos sociais, mas defende a irredutibilidade das interpretações de nível macro. O individualismo metodológico insiste em que uma meta importante da ciência é reduzir às explicações a níveis cada vez mais desagregados. Para seus defensores, explicar um fenômeno é apenas fornecer uma descrição dos micromecanismos que o produzem.

Os individualistas metodológicos insistem que é desejável não apenas acrescentar uma explicação de microcausas às macro-explicações, com também substituir estas últimas por explicações de nível micro. Se possível, individualistas metodológicos desejariam que os conceitos sociológicos agregados fossem banidos, ou então, que fossem tolerados como simples conveniências da explicação.

Tanto os adeptos do individualismo metodológico quanto os anti-reducionistas admitem o poder explicativo dos conceitos-tipo em relação aos indivíduos.

A distinção tipo/casos permite-nos ver que uma ciência tem pelo menos, duas espécies de projetos de explicação: ela busca entender por que ocorrem *casos* singulares e, também, compreender a natureza dos *tipos* que caem dentro de seu campo de conhecimento.

O programa reducionista do individualismo metodológico falha porque a ciência tem projetos explicativos que ultrapassam os casos singulares. Além de indagar por que este organismo ou aquela firma sobreviveram, também se quer explicar o que têm em comum diversos objetos e processos.

O anti-reducionismo não é um holismo radical. Ao invés de rejeitar as análises no plano micro o anti-reducionismo atribui grande importância aos "microfundamentos" das interpretações macroteóricas.

Há quatro possíveis conexões explicativas entre os fenômenos sociais e as propriedades individuais: primeiro, propriedades individuais podem explicar fenômenos sociais; segundo, fenômenos sociais podem explicar propriedades individuais; terceiro, propriedades individuais podem explicar propriedades individuais; e quarto, fenômenos sociais podem explicar fenômenos sociais.

Para Elster de um ponto de vista prático a especificação dos microfundamentos é freqüentemente indispensável para conferir credibilidade a

explicações de nível macro. Elaborar os microfundamentos de explicações sociológicas não só aumenta a confiança nas teorias, como as aprofunda. Elster (1989) enfatiza:

Se o objetivo da ciência é explicar através de leis, há necessidade de reduzir tanto quanto possível o intervalo entre explanans e explanandum (entre causa e efeito), a fim de evitar o risco das explicações espúrias. Isto mais uma vez está ligado à passagem do nível mais agregado para o menos agregado dos fenômenos.

Elster (1989) complementa:

Não é só nossa confiança na explicação, mas a nossa compreensão que aumenta quando passamos do macro ao micro, de intervalos mais longos para mais curtos. Explicar é fornecer um mecanismo, abrir a caixa preta e mostrar os parafusos e as porcas, os dentes e as rodas, os desejos e as crenças que geram os resultados agregados.

A elaboração de microfundamentos ajuda a dar ordem teórica às categorias usadas nas macro-explicações da teoria sociológica. Esta, por sua vez, pode facilitar a tarefa de resolver anomalias empíricas da pesquisa.

Uma coisa é pedir que se elaborem os microfundamentos da teoria-macro; outra é especificar a forma que devem tomar essas análises. Os individualistas metodológicos, marxistas ou não, têm geralmente ressaltado os modelos de ação estratégica racional. Esses modelos assumem a racionalidade dos atores na escolha de ações que maximizam a probabilidade de alcançar um objetivo. Esses modelos são estratégicos na medida em que presumem atores que escolhem sabendo que outros atores também fazem escolha na busca de seus objetivos.

Tais modelos do ator racional são identificados com o individualismo metodológico e mesmo com a economia neoclássica. No entanto a crença na importância dessas análises dos microfundamentos não implica um compromisso com o individualismo metodológico. Além disso, não há necessidade de equiparar as análises de microfundamentos com modelos de estratégia racional. Há

muitos outros possíveis microfundamentos dos fenômenos sociais. As teorias da socialização que enfatizam a internalização de normas, hábitos e rituais, e mesmo teorias psicanalíticas podem ser usadas. A teoria marxista das ideologias, compreendida como uma teoria do processo de formação de sujeitos sociais, também pode fornecer uma base para a elaboração dos microfundamentos. Pode-se rejeitar os modelos de ação estratégica racional formal e, ainda assim, reconhecer a importância das análises microfundamentais.

Os marxistas geralmente defenderam que a classe (ou os conceitos estreitamente associados de estrutura econômica ou forças de produção) é a causa mais importante de muitos fenômenos - desde mudanças sociais de larga escala, até formas de estado, ideologias e a opressão das mulheres. Os críticos do marxismo, incluindo muitos "pós-marxistas", argumentaram que outros processos causais, irredutíveis à classe, são ao menos tão importantes como a classe.

VIII Considerações finais

De acordo com os marxistas analíticos o marxismo está em crise, o que não é novidade. O original do marxismo analítico está em suas propostas que devemos estudar cuidadosamente. O marxismo analítico é uma estratégia de reconstrução teórica do marxismo. Alguns conceitos centrais do marxismo perderam seus referenciais empíricos.

O núcleo central do marxismo compreende a teoria do valor-trabalho, o materialismo histórico e a luta de classes. A primeira é o instrumento crítico para a análise do capitalismo; o segundo explicava as mudanças e a terceira era um conceito central para explicar as contradições sociais. É precisamente esse núcleo que está sendo questionado pelos marxistas analíticos.

Porém para Wright o materialismo histórico não deve ser abandonado e sim reconstruído. Ele propõe três tipos de materialismo histórico: o mitigado, o quase e o limitado. O materialismo mitigado rejeita a afirmação de que o que é necessário para a mudança é também suficiente. O quase materialismo histórico propõe uma explicação não-marxista da tendência da mudança social. E o materialismo histórico limitado considera que a teoria não se refere à totalidade da história humana, mas à história de certos tipos de sociedades de classe.

O marxismo analítico é mais vulnerável que o marxismo ortodoxo porque suas hipóteses, ao igual que qualquer outra teoria científica, devem ser

testadas e portanto passíveis de serem rejeitadas. Aceitar as propostas do marxismo analítico é aceitar o desafio de superar a crise do marxismo derrubando as fronteiras erguidas pelo dogmatismo que o separaram das outras teorias sociais. Significa também reconhecer que o marxismo como teoria surgida no século XIX contém erros e que seus postulados devem ser testados empiricamente. Algumas das afirmações do marxismo não resistem à evidência empírica.

A proposta de que o marxismo deve sujeitar-se aos padrões da ciência convencional implica rejeitar a tese de que o marxismo possui uma metodologia diferente da "teoria social burguesa". O marxismo analítico retoma algumas suposições teóricas do marxismo, porém aplicando procedimentos científicos "normais". Dessa forma o materialismo histórico deve ser julgado pelo argumento da evidência. O marxismo ortodoxo considera essas propostas como uma deturpação das idéias de Marx. A vinculação das relações sociais e o comportamento individual é um dos aspectos fracos do marxismo. O capitalismo não poderá ser compreendido se não se entende as escolhas e o comportamento dos trabalhadores.

Um dos elementos centrais na proposta do marxismo analítico é a necessidade de buscar uma explicação dos fenômenos sociais no comportamento dos indivíduos. Por tal razão, Roemer propõe a incorporação de modelos de escolha racional próprios da economia neoclássica com o objetivo de encontrar os microfundamentos. Marx deu mais importância às instâncias macro e deixou de lado as análises dos mecanismos da ação individual.

A ausência de uma teoria marxista dos microfundamentos explica a incorporação do individualismo metodológico no marxismo analítico. Porém a questão mais polêmica é o reducionismo. Para os individualistas metodológicos os processos sociais podem ser explicados a partir dos indivíduos. Enquanto que para os holistas radicais as totalidades sociais não podem ser reduzidas a nível individual. Para eles o todo é a causa exclusiva e as partes são meros artefatos.

A postura reducionista do individualismo metodológico é insustentável porque existem explicações científicas que ultrapassam os casos particulares. Para Wright a necessidade de construir os microfundamentos dentro da teoria marxista vai além do individualismo metodológico. Por outro lado os microfundamentos são insuficientes para "...controlar o poder explicativo das teorias de nível macro (...). A ciência social deve ser metodologicamente anti-reducionista quando as propriedades e relações que investiga são múltiplamente realizadas." (Wright et alii, 1992: 218).

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COHEN G. A. El marxismo y la explicación funcional. In: Roemer, John. *El marxismo: una perspectiva analítica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- ELSTER, Jon. *Marx Hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989a.
- ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. In: Lua Nova, *Revista de Cultura Política*. São Paulo, junho de 1989b, n. 17.
- ROEMER, John. O marxismo da "escolha racional". In: Lua Nova, *Revista de Cultura Política*. São Paulo, nov. de 1989, n. 19.
- ROEMER, John (Compilador). *El marxismo: una perspectiva analítica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Marxismo e escolha racional*. RBCS-ANPOCS n.6, vol. 3, fev. de 1988.
- WRIGHT, Erik et alii. *Reconstruindo o marxismo - Ensaio sobre a explicação e teoria da história*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.